

-----**ATA N.º 6/2018**-----

-----Aos 21 dias do mês de dezembro de 2018, pelas 20h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que, na sequência do pedido de renúncia de mandato do Senhor Deputado António Carlos Reis da Fonseca Faria de Almeida, com efeitos a partir do dia 12 de novembro de 2018, nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, Senhor José Manuel Monteiro Antunes, para estar presente e que depois de verificada a sua identidade e legitimidade considera-se o mesmo, sob juramento, empossado nas suas funções de Deputado Municipal.-----

-----Informou, também, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, Luís Bernardo Pina Mimoso se fez representar pelo seu secretário, Paulo dos Santos Cunha, e o Senhor Presidente da União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide Entre Vinhas e Salgueirais, António Carlos Nunes Gomes, se fez representar pelo seu secretário, Manuel Lopes Rainho dos Reis, assim como o Senhor Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, José Rocha Gonçalves, se fez representar pela sua secretária, Sara Margarida da Fonseca Cabral Rodrigues.-----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:**-----

- Ana Isabel Lucas Cabral Janelas;-----
- Joaquim Lopes de Abreu;-----
- Olga Maria Pereira Marques;-----
- Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo;-----

-----Albino Freire Bárbara; -----
-----Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva; -----
-----José António Rodrigues de Sousa; -----
-----Alexandra Raquel da Fonseca Monteiro; -----
-----José Manuel Monteiro Antunes; -----
-----Maria Angelina Veloso Marques Dias; -----
-----Jónatas da Fonseca Farias Rodrigues; -----
-----Cláudia Maria Geraldés Aguiar; -----
-----Flávio Manuel Granjal de Sá; -----
-----Helena Susana Cardoso Belo; -----
-----João Manuel Gaspar de Andrade; -----
-----Joaquim de Almeida; -----
-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; -----
-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana; -----
-----António Fernando de Jesus Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; -----
-----João Paulo Pinheiro Machado, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro; -----
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego; -----
-----Paulo dos Santos Cunha, Secretário da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, em representação do Senhor Luís Bernardo Pina Mimoso; -----
-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão; -----
-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela; -----
-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal; -----

-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----

-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira; -----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----

-----Manuel Lopes Rainho dos Reis, Secretário da União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide Entre Vinhas e Salgueirais, em representação do Senhor António Carlos Nunes Gomes; -----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----

-----Sara Margarida da Fonseca Cabral Rodrigues, Secretária da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, em representação do Senhor José Rocha Gonçalves. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, António Graça Silva, Bruno Alexandre Castro de Almeida e Júlio Manuel dos Santos. -----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo, na qualidade de primeira e segundo secretários respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de

tempo para “Intervenção do Público”, tendo-se inscrito o Senhor Frederico Sena e o Senhor Manuel Simão. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa** deu a palavra ao Senhor Frederico Sena na qualidade de Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, após cumprimentar todos os presentes disse que, em novembro de 2017, como é habitual foram cumprimentar o novo Executivo, e o Senhor Presidente da Câmara falou numa viatura autoescada que os bombeiros possuem e que seria muito útil para o Município, nesse sentido falou-se também num protocolo ao qual respondeu que, esse protocolo teria de ser benéfico para os bombeiros, mas isso não passou de intenções. No dia 29 de junho, e como recebemos um carro no triénio 2010/2011/2012 fez-se um pedido à Câmara de um subsídio, independentemente do carro ter vindo por candidatura, e o Executivo cedeu-lhes uma verba de cerca de 19.000€. Entretanto a viatura autoescada foi fazendo serviço ao Município umas vezes através de orçamento, outras vezes através de requisição e em agosto enviaram os pedidos de requisição com os orçamentos três e cinco que somavam um montante de 1.875,21€, entre alguns serviços de fornecimento de água a Vale de Azares, houve pedidos de requisição aos quais não obtiveram resposta, inclusivamente, no dia 14 de novembro também fizeram um ofício a solicitar autorização para a colocação da árvore de Natal dos bombeiros em espaço público. No entanto, de todos os pedidos e ofícios que endereçamos à autarquia tiveram resposta em agosto aos orçamentos três e cinco, em que o Senhor Presidente respondeu o seguinte:-----

-----“No seguimento dos orçamentos três e cinco vimos por este meio informar V. Ex^a que estes trabalhos serão enquadrados num protocolo a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Associação de Bombeiros de Celorico da Beira.” -----

-----Na verdade houve uma resposta, mas disse desconhecer o teor do protocolo e qual a verba que estava enquadrada. -----

-----Mais disse que, o Senhor Vereador António Silva solicitou a ajuda dos bombeiros, em troca da lenha, para se abater um cedro na Ratoeira, e o Senhor Presidente da Câmara solicitou uma viatura fechada dos bombeiros para se ir buscar umas bicicletas a Viseu, pediu também uma viatura para irem à Covilhã buscar uns instrumentos para Açores. -----

-----Acontece que a instituição a que preside tem dado resposta a todas as solicitações, mas gostaria de saber qual o motivo de o Senhor Presidente da Câmara não dar resposta aos ofícios que lhes são endereçados.-----

-----Por fim agradeceu a todas as pessoas que já tinham confirmado a sua presença na Ceia de Natal dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa** de seguida deu a palavra ao Senhor Manuel Simão que após cumprimentar todos os presentes disse que, como comerciante há 47 anos, a sua presença nesta Assembleia se prendia com o facto de solicitar a todas as pessoas para visitarem o comércio local e verificarem como o comércio está a definhar e sobrecarregado de impostos. Mais disse não haver população, pois o Concelho de Celorico da Beira está cada vez mais envelhecido, mas lamenta muito que este Executivo esteja a aniquilar cada vez mais o comércio. -----

-----Finalizou a sua intervenção convidando todos para no dia seguinte fazerem uma visita ao comércio e verificarem o movimento que existe no mesmo, apelando para que olhem pelos comerciantes, no sentido de que o comércio local é importante para o Concelho. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção desejando umas Boas Festas a todos os presentes e aos seus familiares. -----

-----Quanto à primeira questão, relativa aos assuntos apresentados pelo Senhor Presidente dos bombeiros voluntários, lamentou que entre

instituições as coisas não fossem tratadas de outra forma e não se tivessem procurado outros meios para se tratarem os temas apresentados. -----

-----Na verdade, assumiu que, em termos de comunicação as coisas não estão perfeitas, achando também que, havia ali uma politização da questão apresentada, porque a Câmara de facto apoia bastante os bombeiros, apesar de gostar que esses apoios pudessem ser maiores, mas também é verdade que têm constrangimentos financeiros, que obrigam a que nem sempre haja os apoios que gostariam que houvesse. -----

-----Informou que estarão disponíveis em janeiro para que haja uma reunião com os bombeiros. No entanto, as coisas nem sempre se fazem no tempo certo, mas no tempo que é possível. -----

-----Relativamente à exposição do Senhor Simão disse que naturalmente todos têm a consciência e lamentam que as coisas a nível do comércio não estejam melhores. Mas acredita que o problema pelo qual o comércio passa neste momento também é demográfico e transversal a todo o interior e até mesmo a todo o país, pois está a ficar envelhecido. -----

-----Da parte da Câmara disse ter quase a certeza que o Município nunca comprou tanto no Concelho como tem sido no seu mandato, sendo a Câmara o principal consumidor e comprador no Concelho. -----

-----Mais disse que, no que concerne à potencial vinda de um comércio para Celorico da Beira, e colocando-se na posição dos comerciantes, percebe perfeitamente que todas as situações que impliquem concorrência, obviamente, que não são benéficas para o pequeno comércio, porque há uma probabilidade de haver mais alguém a conquistar uma cota de mercado que já é pequeno. Também se recorda que no passado, relativamente à vinda do Intermarché e do Minipreço, levantou-se igualmente a mesma polémica, que se levanta agora. Mas de um modo geral as lojas não fecharam, pois esses espaços comerciais geraram postos de trabalho e assim as pessoas não saíram de Celorico, contribuindo para que mais pessoas se fixem no nosso Concelho. Mais disse que a vinda desse potencial comércio poderá significar mais postos de trabalho, um

aumento de movimento, mais comércio, porque a concorrência é inevitável, mas também poderá ser saudável. Deixou a garantia de que a Câmara comprará sempre no pequeno e médio comércio, em detrimento das grandes superfícies.-----

-----Disse também que, a Câmara foi contactada para a abertura de um comércio e conseqüentemente para a criação de postos de trabalho. A Autarquia analisou os prós e os contras que este tipo de situação traz e da parte da Câmara haverá sempre apoio ao nível de consumo, de estratégias e até de candidaturas para que o pequeno comércio não morra, mas também concorda que não podem fechar as portas a novas oportunidades.

-----Voltando a intervir, o Senhor Frederico Sena disse que ele, como Presidente dos Bombeiros, só queria que desse uma resposta a um ofício que lhe endereçou em 29 de junho, e que só tinha de responder se podia dar ou não o subsídio que lhe foi solicitado.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na Comissão Permanente e informou que tal como se tinham comprometido na última Assembleia Municipal, se deslocaram à Freguesia de Maçal do Chão, para aí fazerem a primeira Comissão Permanente que é a reunião de preparação desta Assembleia. Apesar de não haver muito público, estiveram presentes o Senhor Presidente de Junta de Freguesia e a Presidente da Associação que transmitiram as suas preocupações e as suas reclamações. Também os Senhores Deputados

Albino Bárbara e Miguel Espírito Santo deram conhecimento das questões abordadas na Assembleia da CIM – Comunidade Intermunicipal das Beiras.

-----De seguida propôs um Voto de Louvor ao Senhor Comandante no Quadro de Honra, Manuel Inocêncio, falecido recentemente, pela sua entrega à causa e que será votado no final. -----

-----Agradeceu também ao Senhor Deputado António Faria de Almeida, que renunciou ao seu mandato nesta Assembleia Municipal, pela sua entrega e pelo seu contributo enquanto deputado desta mesma Assembleia.

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Prados**, João Carlos Ferreira dos Santos, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara quis saber qual o subsídio atribuído ao Festival da Castanha, pois a fatura da Junta de Freguesia que saiu para as Aldeias de Montanha (ADIRAM) não paga nem metade da despesa que houve. -----

-----Relativamente ao polidesportivo o Senhor Presidente também já foi questionado em abril se poderia dar uma ajuda no arranjo do mesmo, pois tiraram os focos e os postes estão todos a cair. -----

-----Quanto às barras de proteção da estrada municipal 555 Cadafaz - Prados, que foram roubadas, já há um ano que as solicitou, mas até ao momento ainda não foram lá colocadas. -----

-----Quis ainda dizer que, relativamente ao orçamento, a Junta de Freguesia de Prados não foi auscultada. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** começou por dar as boas vindas ao Senhor José Antunes desejando-lhe um trabalho profícuo em prol do Concelho de Celorico da Beira. -----

-----Quis ainda enaltecer o trabalho dos Presidentes das Juntas de Freguesia que ao longo do ano vão tendo as suas atividades e apelava às freguesias que ainda não têm uma atividade que pensem nisso. Seria bom que houvesse atividades todos os meses nas freguesias e assim com a ajuda das freguesias e do Executivo, mesmos que esses eventos não

fossem feitos em grande, gostaria de deixar um voto de louvor a todas as freguesias. -----

-----Apresentou uma Moção de Repúdio contra o encerramento dos CTT, que, de seguida, se transcreve:-----

-----“Como é do conhecimento Público a Empresa CTT – Correios de Portugal, S.A., que é a concessionária do serviço público postal, tem intenção de em breve proceder ao encerramento de algumas lojas. -----

-----Todos nós reconhecemos a vantagem que há em ter no Concelho de Celorico da Beira esse serviço de proximidade que garante a todos os Municípios a possibilidade de usufruir de um serviço postal de qualidade com a manutenção da Loja dos CTT. -----

-----Existindo no Concelho uma população com uma percentagem bastante envelhecida que usufrui dos serviços ali prestados, devemos considerar que o serviço público prestado nas Lojas do CTT é de uma enorme importância para as pessoas que aqui residem. Não se pode resumir à transferência de algumas valências para uma qualquer entidade privada ou loja comercial, pois, se assim acontecer, causará avultado prejuízo e inconveniência à população.-----

-----Apelamos ainda que nenhuma Entidade Privada do Concelho aceite ficar com os serviços prestados pelos CTT. -----

-----Não podemos deixar de considerar que, entre outras, esta atitude pode contribuir para o não encerramento ou deslocamento deste serviço de utilidade pública de enorme importância, que tem contribuído para uma melhor qualidade de vida dos aqui residentes, que ao mesmo tempo serve para combater o despovoamento e o isolamento com que o interior se tem debatido contra a baixa densidade populacional. A sua manutenção pode contribuir significativamente para a coesão do território e para a inversão da desertificação que tantos falam e querem fazer acontecer. Não se pode anunciar medidas que se dizem de benefício e ao mesmo tempo, retirar serviços fulcrais e necessários. -----

-----Como forma de protesto, propomos que se manifeste o **repúdio público** pela intenção dos CTT, e ao mesmo tempo que se lance uma Petição online para impedir o encerramento da Loja dos CTT em Celorico da Beira.”-----

-----De seguida, apresentou a Moção de Recomendação que se transcreve:-----

-----“A bancada do PSD da Assembleia Municipal de Celorico da Beira vem apresentar uma moção de recomendação ao executivo municipal para que se adapte ou crie condições nos edifícios Municipais, nomeadamente no edifício onde está instalada a Câmara Municipal, com meios para acesso a pessoas de mobilidade reduzida. -----

-----No edifício da Câmara Municipal, está instalada a repartição de finanças de Celorico da Beira, serviço muito útil para os munícipes. -----

-----O Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, estipulou um prazo de 10 anos para a adaptação de instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos públicos e de utilização pública, com as normas técnicas de acessibilidade, que terminou em 8 de fevereiro de 2017, agora Alterado pelo Decreto-lei nº 125/2017, de 4 de outubro, que visa a acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. -----

-----Todavia, mantém-se inalterado o compromisso nacional de promoção de uma sociedade inclusiva, em que todos podem aceder a todos os recursos em condições de igualdade, desígnio para o qual será essencial a remoção das barreiras arquitetónicas que persistem.-----

-----Dado este tema ser transversal ao longo dos últimos anos na governação deste município e que já poderiam ter sido aproveitados os respetivos apoios para as adaptações necessárias aos edifícios, a Assembleia Municipal de Celorico da Beira recomenda que o atual executivo faça todos os esforços, e aproveite os apoios ainda existentes para a adaptação dos edifícios a cidadãos de mobilidade reduzida, no mais rápido período de tempo. -----

-----Assembleia Municipal de Celorico da Beira -----

-----21 de dezembro de 2018” -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** começou por desejar as Boas Festas a todos os presentes e deu as Boas-vindas ao Senhor Deputado José Antunes.-----

-----De seguida, apresentou uma Moção para que a ULS da Guarda não seja discriminada, que se transcreve: -----

-----“Nos anos 80 do século XIX, o Dr. Sousa Martins atestava, como todo o rigor científico, a qualidade dos ares serranos para a cura do bacilo de Koch, sendo a Guarda contemplada com o 1º sanatório da Associação Nacional de Apoio aos Tuberculosos. -----

-----Decorria a última década do século passado quando o então 1º ministro, Cavaco Silva, decidiu construir hospitais em todo o país tendo proposto ao então diretor, Valério do Couto, um acrescento a um dos pavilhões do velho sanatório em troca da alienação de terrenos da cerca, numa visível falta de visão, ficando a Guarda entalada no meio de duas modernas unidades hospitalares. A partir daí o folhetim hospitalar marcou toda a agenda política. -----

-----A promessa de Barroso em junho de 2002. O terreno que Maria do Carmo não deu. O anúncio de Luís Filipe Pereira, em comício partidário, com lançamento de datas e sem pagamento do hipotético projeto. A luta pela manutenção da maternidade. O debate na Assembleia Municipal da Guarda a 17 de novembro de 2003. A oferta da Câmara de Celorico de um terreno para a instalação entre a Guarda e a nossa Vila. A destruição de material hospitalar, por parte do ministro Correia de Campos, num episódio de contornos burlescos, partindo uma cadeira para quebrar o enguiço. A promessa de Sócrates em fevereiro de 2005 dizendo que a “Guarda merece ter um Hospital”. A 2ª visita, bem mais calma de Correia de Campos, em maio de 2007, que culminou no lançamento da 1ª pedra do novo acrescento por parte de Sócrates, em plena campanha para o

Parlamento Europeu, concluindo-se que o PSD ofereceu-nos um apêndice remendão de arquitetura cavaquista enquanto o PS apostou num outro um pouco maior, sendo provavelmente o único hospital no mundo que entre um serviço de urgência e de internamento tem uma igreja. Que pensará o utente que ali entra!!!-----

-----Em 2006, apostou-se na criação de um centro hospitalar que poderia englobar os hospitais da Guarda, Covilhã e Castelo Branco onde foi utilizado régua, esquadro e o mapa de Michelin para calcular custos e distâncias, seguindo o princípio de “todos ficarem em pé de igualdade”. Com a criação da ULS da Guarda, em setembro de 2008, tudo indicava que assim ia acontecer. Curiosamente os factos estão à vista. O Despacho 10.601/2011, de Paulo Macedo, dá a conhecer a carta hospitalar, reorganização da rede hospitalar, concentração de serviços, criando um grupo de trabalho que concretizou o acordado entre o governo, o BCE e o FMI, chegando ao cúmulo, na comemoração do 35º aniversário do Serviço Nacional de Saúde, Passos tivesse afirmado “O SNS sofreu a maior ameaça de toda a sua história” atribuindo cinicamente crescimento positivo a um setor que desprezou e hipotecou à gula privada.-----

-----Naquele que foi o penúltimo ato público de Adalberto, ficámos a saber que poderemos vir a ter um Centro de Responsabilidade Integrada de Pneumologia. O ex-ministro passou ao lado do seu triste despacho de 3 de agosto onde apenas entrega à Covilhã o grau de Hospital Universitário e sem qualquer favor disse que iria reabilitar o pavilhão 5 para ver se é desta que as piores instalações pediátricas do país passam a melhores instalações ... porque quanto aos costumes, disse nada. A falta de profissionais no interior, cardiologia, a ortopedia, etc.etc...-----

-----Sabemos agora que insensibilidade continua e dos 94.621.476 euros onde a execução orçamental ao terceiro trimestre indicava que a nossa ULS já tinha sido contemplada com 110.314.240 euros decorrendo este ligeiro aumento com as dificuldades que vinham de anos transatos.-----

-----O Orçamento para o próximo ano atribui à ULS da Guarda 95.314.896 euros, o que dá um ligeiro aumento que não dará seguramente para realizar as obras do pavilhão 5, do chamado comboio onde estão alojados serviços como a maternidade e a fragilíssima cardiologia e isto sem falar no abandono dos pavilhões rainha D^a Amélia e António Lencastre, nem tão pouco para colmatar a vinda de especialistas. -----

-----Assim, apresentamos ao Governo um voto de protesto por mais este orçamento que não vai resolver quase nada apelando para que a ULS da Guarda, não seja discriminada e de uma vez por todas respeitem as pessoas que vivem neste interior profundo. -----

-----E se na cidade mais alta já temos dois Centros de Saúde, seguramente não precisamos de um terceiro. -----

-----E é este o nosso grito desesperado. Salvem a saúde no distrito, salvem o nosso Hospital. -----

-----O Grupo Parlamentar do Partido Socialista -----

-----Celorico da Beira, 21 de dezembro de 2018” -----

-----Continuando a sua intervenção, deu os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Prados pelo Festival da Castanha e também agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares pelo Festival do azeite. -----

-----De seguida, transmitiu que juntamente com o Senhor Deputado Miguel Espírito Santo estiveram presentes na Assembleia da CIM, em que falaram da questão do Hospital da Guarda e da saúde que está muito mal e que têm de defender. Outra questão, que transita para a Assembleia de janeiro tem a ver com a estrada do Sabugal que liga à A23, e uma vez que a Câmara do Sabugal não tem dinheiro para fazer obras nessa mesma via rodoviária, vai pedir ajuda à CIM, assim, nesta sequência também se poderia incluir a estrada nacional 16 Celorico da Beira – Fornos de Algodres que também precisa de ser intervencionada. Falaram também na questão dos CTT e informou que já houve quatro providências cautelares relativas aos Concelhos de Fornos de Algodres, Belmonte, Manteigas e

Figueira de Castelo Rodrigo que foram colocadas pela CIM. A única política que existe em relação aos correios é que o Banco CTT só vai deixar abrir os correios onde houver dinheiro que, no Distrito da Guarda, em princípio será Guarda, Seia, Sabugal e eventualmente Gouveia. Neste sentido, questionou o Senhor Presidente da Câmara se já fez alguma coisa para obviar este problema. -----

-----No que concerne aos contratos públicos *on-line*, em que a Câmara vai gastar 26.500€ em serviços de consultoria de apoio à modelação processual, à firma de comunicação especializada unipessoal, questionando quem é esta firma e se o Município não tem um contrato com a AIRC e se ainda se anda a duplicar serviços. -----

-----Questionou quanto custou a retroescavadora. O Senhor presidente ficou de posteriormente dar essa informação, o que ainda não aconteceu, pelo que, gostaria de saber como correu o processo. -----

-----Relativamente ao canil municipal gostaria de saber o que se passa, pois o que se consta é que os canídeos poderão rumar para Gouveia. -----

-----Continuou referindo que, Celorico da Beira é a Capital do Queijo da Serra, mas foi apresentado em Mangualde a linha de apoio no valor de 2.500.000,00€ para apoiar certificar, preservar, valorizar e comercializar o Queijo da Serra, numa candidatura ao PROVERE, onde 85% do valor será a fundo perdido. Estiveram presentes a Ancose - Associação Nacional Criadores de Ovinos Serra da Estrela, a Estrelacoop - Cooperativa dos Produtores de Queijo Serra da Estrela, a CIM – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, a CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o Turismo do Centro, envolvendo um total de 14 instituições dos Concelhos de Mangualde, Penela, Fundão, Gouveia, Castelo Branco, Oliveira do Hospital e Seia. No Concelho de Celorico da Beira existem três dezenas de queijarias, das quais sete estão certificadas, e nesse sentido questionou o senhor Presidente se soube desta iniciativa. -----

-----Quanto ao Loteamento da Quinta dos Cedros tiveram conhecimento que foi alterado. Assim interroga se o que vai ali existir é um centro comercial, e se a clínica renal não ficava naquele espaço. Perguntou também onde está a proposta? Quantos postos de trabalho vão ser criados? Que estudos a Câmara fez para tomar tal decisão? Tomou em consideração a defesa do comércio local? Verificou o impacto desta atitude? Fez algum estudo económico? Quanto à alienação dos terrenos, uma vez que são património municipal, não tem que dar conhecimento à Assembleia Municipal? Qual foi o preço por metro quadrado? Houve edital para o efeito? Já existe escritura do terreno? Estas são perguntas que o cidadão comum lhe irá fazer. -----

-----Para terminar concorda com o Senhor Presidente ao dizer que a nível de comunicação as coisas não andam muito bem e dá-lhe razão, porque passado um ano a comunicação perdeu-se, pois não dá resposta aos vários ofícios que lhe são dirigidos. -----

-----A Senhora **Deputada Alexandra Monteiro** disse ter uma questão relacionada com a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais, em várias áreas, questionando quando é que o Senhor Presidente irá informar esta Assembleia Municipal sobre este assunto, uma vez que este é um órgão deliberativo e há diplomas que já foram publicados em Diário da República nos dias 27, 28 e 29 de novembro. Nesta sequência, a Câmara tem 60 dias a partir da data da publicação em Diário da República, dos referidos diplomas, para dar uma resposta à DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, cujos prazos, pelas suas contas, terminam a trinta e um de janeiro de 2019, para informar quais as competências que pretende receber ou não. Não havendo hipótese de este assunto ser tratado nesta Assembleia, têm-se duas hipóteses, ou a Câmara recebe todas as competências ou vai ter de haver uma Assembleia extraordinária em janeiro próximo, o que vai levar a custos acrescidos para o Município. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela**, António Joaquim Fernandes Gomes disse que, para a sua freguesia, foi um ano zero, uma vez que endereçou ofícios à Câmara Municipal, a solicitar funcionários e máquinas, mas não obteve resposta. No entanto, há freguesias onde andam funcionários da Câmara a trabalhar quase diariamente. Mais disse que, para o ano irá fazer o Festival da Indignação. Perante a situação disse ainda que, depois o Senhor Presidente vai buscar o IMI e outros impostos às freguesias. E a propósito do IMI referiu que o edifício da Associação de Melhoramentos paga quase 100€ de IMI, questionando se todas as Associações pagam esse imposto. Mais disse que há obras para serem feitas e gostaria de saber se a Câmara iria ou não fazê-las. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Maçal do Chão**, André Diogo de Jesus Correia, começou por agradecer o facto de se terem deslocado à sua freguesia para realizarem a reunião da Comissão Permanente.-----

-----Uma das suas preocupações tem a ver com a supressão da paragem do comboio na sua freguesia desde o dia 5 de agosto de 2018. A Junta de Freguesia fez um pedido à Infraestruturas de Portugal para que não fizessem essa supressão, mas a resposta foi no sentido de que não havia utentes suficientes e que têm outras paragens nas imediações da freguesia. Na sua opinião, tudo isto só contribui para que a área desabitada aumente e a freguesia, se não tem a paragem do comboio, a passagem do mesmo só tem um impacto visual e de poluição sonora. Têm uma extensão de 5.3Km e a freguesia tem no outono/inverno uma época venatória que traz muita gente à aldeia, e quanto mais área tiverem mais gente traz, concluindo que esta estrutura retira-lhes cerca de 70ha. -----

-----Por fim, solicitou à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, ao Executivo e a cada uma das bancadas políticas com assento nesta

Assembleia, para ajudarem a elaborar um requerimento dirigido à Infraestruturas de Portugal, para exporem esta situação e para que o comboio continue a parar no apeadeiro do Maçal do Chão. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** respondeu que da sua parte o Senhor Presidente da Junta do Maçal do Chão terá toda a sua colaboração para a elaboração desse requerimento. -----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art. 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. -----

-----Tomando a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara** em resposta às questões colocadas, e no que diz respeito aos problemas apresentados pelos Senhores Presidentes de Junta de Prados e da Mesquitela disse que as respostas seriam dadas em 2019. -----

-----Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Prados no que concerne os focos e os postes do polidesportivo disse não ter sido ainda possível colocá-los em pé. Os funcionários da Câmara têm respondido, mas nem sempre se consegue dar resposta em tempo útil, principalmente por falta de recursos financeiros, mas assim que haja possibilidade as barras de proteção na estrada municipal 555 Cadafaz - Prados, que foram roubadas, serão repostas. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** no uso da palavra começou por desejar a todos um Feliz Natal e um Feliz Ano Novo.-----

-----Quanto à questão que o Senhor Presidente da Junta de Prados colocou relativamente ao Festival da Castanha surpreendeu-o, porque no início de 2018 e do desenvolvimento do orçamento, não sabiam que os projetos iriam ser financiados. Depois aderiram ao programa das Aldeias de Montanha que, em Celorico da Beira, são cinco, e onde Prados está incluído. Quis também dizer que o próprio Festival do Borrego não tinha financiamento no início do ano de 2018, mas no início de agosto conseguiu-se fazer uma candidatura através do programa Gardunha 21, no âmbito da transumância. Em relação à Junta de Prados, os valores que estão em questão foram pagos pela ADIRAM, que pagou um conjunto de faturas afetas ao Festival da Castanha. E nesta sequência, a ADIRAM pagou a fatura ao Chef Valdir pelo facto de ter feito o Workshop, e em termos de culinária, no valor de 940€, pagou despesas do passeio fotográfico no valor de 270€, pagou o trabalho gráfico no valor de 250€, pagou a impressão dos cartazes A4 no valor de 221€, pagou os folhetos da descoberta dos soitos da aldeia no valor de 522€, e este dinheiro não entrou no Município foi pago pela agência de promoção. A ADIRAM liquidou 2.690,15€ e a Junta de Freguesia pagou 4.501,49€, obteve uma receita de 1.280.00€, portanto o somatório da despesa do Festival da Castanha ficou num total de 7.664,14€, deste valor o Município suporta 15% da despesa. -----

-----Sobre a Recomendação para pessoas com mobilidade reduzida, apresentada pelo Senhor Deputado Joaquim Abreu, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que havia duas questões em análise, porque resolvendo-se o problema da entrada principal do edifício da Câmara, colocar-se-ia o problema das escadas interiores que dão acesso às Finanças. Então, na sua opinião, a melhor solução é colocar-se o elevador a funcionar, e informou que já solicitaram dois orçamentos, cuja reparação terá um custo de 15.000€. -----

-----No que respeita o problema dos CTT disse que era óbvio que se tem discutido esse assunto e se for preciso também ele se juntará a uma manifestação pública em defesa deste serviço. -----

-----De seguida, referindo-se às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Albino Bárbara disse reconhecer o mérito dos Presidentes de Junta de Prados, de Vale de Azares, da Carrapichana e também do Fornotelheiro, e referiu que todos eles tiveram o apoio da Câmara para a realização das suas atividades. Deu também os parabéns ao Presidente da Junta de Vale de Azares, porque o festival do azeite teve muita afluência e informou que a Câmara contribuiu com um apoio de 1.000€ e com toda a logística necessária para a realização deste festival. -----

-----Relativamente à questão das rodovias o que lhe apraz dizer é que merecem toda a atenção, pois a estrada nacional 16 está num estado calamitoso e merece uma intervenção urgente. -----

-----Quanto ao encontro realizado em Mangualde sobre o queijo do centro disse ter conhecimento e em conjunto com o Senhor Presidente da Câmara de Fornos de Algodres decidiram que não estariam presentes nesse encontro, como uma forma de protesto, pois não foram contactados sobre o Queijo da Serra. -----

-----Sobre a questão dos contratos públicos *on-line* referiu que estão ligados à modernização administrativa, pois o *software* da AIRC está ultrapassado, está obsoleto e o que se tem aqui são 26.500€ que são financiados a 85% por cento. Há uma necessidade imperiosa de se modernizarem os serviços e os municípios passarão a ter melhores respostas. -----

-----Quanto à retroescavadora disse não saber precisar naquele momento o valor pelo qual foi adquirida, mas pôde dizer que ficou a metade do preço de aquisição de uma máquina nova. -----

-----No que concerne o canil municipal informou que existe uma candidatura que será financiada a 50%, e o município de Gouveia esteve

em Celorico, no sentido de se associar à Câmara de Celorico na partilha de um canil municipal e assim a candidatura poderia ser majorada.-----

-----A questão do loteamento da Quinta dos Cedros é um processo já com algum tempo e o que vai ali ser instalado não é um centro comercial, mas uma superfície comercial. Esclareceu ainda que aquele terreno não era da Câmara Municipal, mas da ADCC – Associação de Desenvolvimento do Concelho de Celorico da Beira. Mais disse que, a Câmara adquiriu o lote de terreno por 6.000€ e negociaram-no por 20.000€. Este lote não tem a ver com a clínica renal, esperando que esta se concretize, pois da parte do Município tem havido toda a abertura para que isso aconteça e o Presidente da Fundação Renal enviou uma mensagem a dizer que no novo ano que se aproxima seria concretizado o projeto. A nível de criação de postos de trabalho, relativamente à superfície comercial que se pretende ali instalar, serão criados 20 postos de trabalho locais. Para clarificar todo o processo do lote de terreno e nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na alínea g), do nº 1, do artigo 33º, que diz respeito às competências da Câmara, esta pode decidir alienar património até ao valor máximo de mil vezes o RMMG – Retribuição Mensal Mínima Garantida, a não ser que houvesse um regulamento que determinasse o contrário, o que não é o caso.- -----

-----No que diz respeito às questões da Senhora Deputada Alexandra Monteiro, relativamente à Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais, as competências estão patentes nos diplomas, mas o envelope financeiro relativo a cada uma dessas competências não está espelhado nos referidos diplomas, e por isso seria uma irresponsabilidade trazer este assunto já a esta Assembleia Municipal. Apesar dos custos, terá de haver uma Assembleia extraordinária no final do mês de janeiro, não valendo a pena decidir-se este tipo de assunto sem ser bem ponderado. ----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta da Mesquitela, não deixa de reconhecer alguma razão naquilo que expôs, pois há o risco do muro junto à estrada que vai para o Vale da

Ribeira cair, onde a qualquer momento pode haver um acidente, mas essa obra será realizada. -----

-----No que se refere aos problemas colocados pelo Senhor Presidente da Junta do Maçal do Chão, disse estarem todos solidários, apesar das pequenas coisas que vão tirando ao interior, e a tendência é para que retirem mais serviços, é de opinião que tem de se tentar que todas as causas sejam bem-sucedidas. -----

-----Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados foram colocadas a votação o voto de louvor e as Moções apresentadas, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----**VOTO DE LOUVOR AO COMANDANTE NO QUADRO DE HONRA, MANUEL INOCÊNCIO FALECIDO RECENTEMENTE** -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Louvor apresentado. -----

-----**MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA O ENCERRAMENTO DOS CTT APRESENTADA PELA BANCADA DO PSD** -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada. -----

-----**MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO AO EXECUTIVO PARA QUE CRIE CONDIÇÕES NOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS PARA ACESSO A PESSOAS DE MOBILIDADE REDUZIDA APRESENTADA PELA BANCADA DO PSD** -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Recomendação apresentada. -----

-----**MOÇÃO PARA QUE A ULS DA GUARDA NÃO SEJA DISCRIMINADA APRESENTADA PELA BANCADA DO PS**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento de que foram remetidas a esta Assembleia, com nota de urgência, duas propostas aprovadas em reunião de Câmara de 19/12/2018, já após a saída da convocatória com a Ordem do Dia para a presente Assembleia. Assim, propôs a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que fossem incluídos na Ordem de Trabalhos os seguintes pontos:-----

-----**TAXAS DE PUBLICIDADE PARA 2019;**-----

-----**ACORDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DAS ÁGUAS DO VALE DO TEJO, S.A.;**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão destes assuntos, na Ordem do Dia.-----

-----Passando a Ordem de Trabalhos a ser a seguinte:-----

-----**1.APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28/09/2018;**-----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA;**-----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX. MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;**-----

-----**4. ORÇAMENTO E GOP'S 2019;**-----

-----**5 PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS PARA 2019;**-----

-----**6. MAPA DE PESSOAL PARA 2019;**-----

-----7. **PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE UM ELEMENTO SUPLENTE PARA A COMISSÃO PERMANENTE, EM SUBSTITUIÇÃO DO DEPUTADO RENUNCIANTE.** -----

-----8. **TAXAS DE PUBLICIDADE PARA O ANO DE 2019;** -----

-----9. **ACORDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA COM A EMPRESA “ÁGUAS DO VALE DO TEJO S.A.”;** -----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28/09/2018**-----

-----Foi presente a ata n.º 5, referente à sessão ordinária do dia 28/09/2018, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco abstenções.** -----

-----2. **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----O Senhor **Deputado Miguel Espírito Santo**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar.-----

-----3. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento cuja cópia se anexa a esta ata

(2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o documento distribuído por todos os deputados continha toda a informação sobre a atividade municipal, desde a última Assembleia Municipal, pelo que, se colocava à disposição dos Senhores Deputados caso pretendessem algum esclarecimento.-----

-----**4. ORÇAMENTO E GOP'S 2019**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi posto a discussão para efeitos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Orçamento e GOP's para o ano de 2019, documento cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fez uma breve explanação sobre o assunto, começando por dizer que estão perante um documento onde irão discutir o basilar da vida da Autarquia e dos munícipes, no entanto esta será a chave de um trabalho a desenvolver ao longo do ano que vem. Tendo em vista a satisfação das necessidades do Concelho de Celorico da Beira, torna-se imperativo o equilíbrio e uma previsão anual das despesas a efetuar e das receitas a arrecadar pelo Município, de acordo com os princípios legais vigentes. Este orçamento tem em conta vários pressupostos, salientando a prioridade nos investimentos previstos na área da educação, no património não só histórico, mas também cultural e nos compromissos do equilíbrio financeiro, o que os obriga a um conjunto de procedimentos de grandes responsabilidades e que também lhes traz alguns constrangimentos.-----

-----Porém, existem também outras questões que merecem toda a atenção, tais como as de âmbito social pelas grandes necessidades que

existem no concelho e todas as questões que tenham a ver com a necessidade de procurar investimento, para a necessidade de se criarem postos de trabalho no nosso Concelho.-----

-----Continuou dizendo, que existem também outros custos que têm de ser suportados, os custos com o pessoal que, são incontornáveis e que nesse caso envolve um acréscimo, nomeadamente por todas as circunstâncias que estão ligadas às posições políticas nacionais, nomeadamente progressão nas carreiras e descongelamentos. O que traz um significativo acréscimo de custos para a Autarquia, que neste momento ainda não são rigorosamente calculáveis, só em 2019 é que poderão ser tidos em conta. -----

-----Disse ainda, que todo este processo envolvente não traz grandes alterações, relativamente àquilo que é o passado em termos de quadros da Câmara e recursos humanos, no que concerne as possíveis mobilidades e as reformas de funcionários. Mas a grande diferença, o grande custo e o grande esforço que se coloca, diria mesmo o único em termos de pessoal, tem a ver sobretudo com a questão do descongelamento das carreiras.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Técnico, José Tavares, para uma explicação mais técnica sobre o assunto. -----

-----O Técnico começou por explicar que é da responsabilidade da Câmara Municipal através do seu Órgão Executivo, a elaboração de documentos previsionais (Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal) assentes no princípio da autonomia financeira e administrativa dos Municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação até 31 de outubro de cada ano, nos termos da Lei.-----

-----O Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do Concelho no curto e no médio e longo prazo, estando refletidos no mesmo todos os encargos previstos para o

ano a que diz respeito, bem como as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental previsto no RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais. Estão refletidas nas Grandes Opções do Plano – GOP’s todas as despesas do Município, ou seja, todas as rubricas orçamentais genéricas estão previstas nas GOP’s, para além dos projetos específicos que normalmente as compõem. -----

-----Continuou dizendo que, a situação financeira do Município de Celorico da Beira ao longo de vários anos obrigou a que o mesmo recorresse aos mecanismos de recuperação financeira previstos na Lei, nomeadamente o saneamento financeiro. A Assembleia Municipal aprovou a 14 de setembro de 2017 um plano de saneamento financeiro no valor de 11.592.670,82€, que visava liquidar dívida em atraso através da contratação de empréstimos, e que estabelecia os limites orçamentais do Município para um período de 14 anos. Os empréstimos em causa receberam visto do Tribunal de Contas a 7 de junho do corrente ano de 2018, tendo sido os montantes já utilizados, pelo que o Município está obrigado ao cumprimento do estipulado no plano de saneamento financeiro e apresentar relatórios semestrais sobre a sua execução à Assembleia Municipal. Assim, o orçamento agora apresentado tem em consideração os princípios previstos nesse mesmo plano, nomeadamente os limites à receita e despesa, sendo estes valores ultrapassados apenas nas situações devidamente fundamentadas, tais como imposições legais, ou obtenção de receitas adicionais. -----

-----As GOP’s são a junção de outros dois mapas orçamentais, as Atividades Mais Relevantes - AMR’s e o Plano Plurianual de Investimentos – PPI, sendo o PPI o mapa onde apenas constam despesas de capital, nomeadamente o investimento relacionado com aquisição de património para o Município onde se inclui, por exemplo, as obras e equipamento variado. O Orçamento e o respetivo plano plurianual de investimentos – PPI agora apresentados mostram um grande valor de investimentos financiados por fundos comunitários, à semelhança do que tem acontecido

em anos anteriores. Esses investimentos resultam de diversas candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal 2020. O PPI prevê só para 2019 cerca de dois milhões e meio de euros de investimentos cofinanciados, sendo a maior parte dos projetos financiados a 85%, projetos esses que serão detalhados mais à frente aquando da análise da despesa. A execução destes projetos está dependente da aprovação das respetivas candidaturas e dos fundos disponíveis do Município para assumir as componentes nacionais nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso -----

-----O Orçamento para 2019 ao contrário dos anos anteriores não reflete um montante elevado de dívidas em atraso, visto que a maior parte foi liquidada em 2018 com os empréstimos de saneamento financeiro. -----

-----Este Orçamento que está a ser discutido tem algumas diferenças face aos anos anteriores. Em termos globais um Orçamento em cerca de 12.798.539€, o que logo à partida contrasta com os Orçamentos dos anos anteriores, porque o Orçamento de 2018 foi cerca de 23M€, pois incluía dívida que estava em atraso e que estava no âmbito do processo de saneamento financeiro. Situação essa que foi resolvida este ano com a obtenção do visto do Tribunal de Contas, e que permitiu ao Município liquidar a maior parte das dívidas que tinha em atraso. Isso implica que para o próximo ano, se irá ter uma redução na dívida face a 2018, mas por outro lado tem-se um incremento nas despesa de capital com empréstimos, em que se vai ter de mobilizar os empréstimos que foram obtidos para liquidar essa dívida. -----

-----Esse será um ponto a ter em atenção na execução do Orçamento do próximo ano, porque vai ser o primeiro Orçamento que o Município vai executar sem dívida. -----

-----Relativamente às receitas, as mesmas foram calculadas de acordo com a média dos últimos 24 meses e também de acordo com as previsões de receita cobrada incluídas no plano de saneamento financeiro. As únicas receitas previstas no Orçamento que não estão de acordo com o plano de

saneamento são as receitas dos financiamentos comunitários que variam consoante os investimentos previstos, bem como, as rendas em atraso por parte da empresa Águas do Vale do Tejo relativa às cedências das infraestruturas (283.790€) e as transferências estatais. -----

-----Em 2019 dever-se-á realizar uma revisão orçamental para transitar o saldo orçamental de 2018, que constituirá uma eventual receita adicional, que só poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas de 2018. -----

-----Os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as participações a atribuir nas candidaturas que se prevê que sejam aprovadas e/ou executadas. Aquando da análise da despesa serão discriminados os valores mais relevantes de receita por projeto. -----

-----No que concerne às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a média da despesa dos últimos doze meses, à exceção das situações cujas despesas estão previstas em contratos onde se previu as despesas dos compromissos plurianuais. Os encargos com juros foram calculados de acordo com dados fornecidos pelas instituições bancárias, bem como uma estimativa para eventuais juros moratórios que deverá ser ajustada ao longo do ano de 2019. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para 2019 elaborado pela Secção de Recursos Humanos, que também deverá ser aprovado pelo Executivo e remetido à Assembleia Municipal. No entanto, face ao ano de 2018 existe uma diferença, que diz respeito ao descongelamento das progressões das carreiras. Ou seja, basicamente são cerca de 81 mil € a mais previstos nas despesas com o pessoal numa rubrica específica. -----

-----Estão previstas despesas correntes com os diversos eventos a realizar em 2019, com base nas informações fornecidas pelas diversas secções do Município. As transferências foram orçamentadas de acordo com valores a transferir para associações e apoios a conceder a

particulares, tais como bolsas de estudo e programas ocupacionais cofinanciados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. -----

-----As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer, bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar entre 2019 e 2021, podendo estas rubricas serem verificadas no PPI, sendo que grande parte das despesas só serão realizadas se as mesmas forem efetivamente cofinanciadas por fundos comunitários. Dentro das obras que o Município se propõe a realizar em 2019 e 2020, deve-se salientar a continuidade face a 2018, nomeadamente na prioridade aos investimentos na área da educação, nomeadamente a requalificação das escolas EB1 da Lageosa do Mondego e de Santa Luzia, bem como a reconstrução da Escola EB 2/3 Sacadura Cabral, cujos investimentos previstos totalizam 2.377.342,90€. No seguimento dos investimentos a efetuar ainda em 2018 na requalificação de infraestruturas de saneamento no valor de 425.468,02€, que visaram a requalificação de diversos sistemas de tratamento de águas residuais no Concelho, ainda está previsto para 2019 um investimento em mais duas ETAR's, bem como estão previstos investimentos na eficiência energética, na requalificação e conservação do património, acessos Wi-Fi em Linhares da Beira e centro histórico de Celorico da Beira, acessibilidades em Linhares da Beira, bem como na modernização dos serviços administrativos do Município. -----

-----O Orçamento da despesa a aprovar para 2019 tem um valor global de 12.798.539€, inferior em cerca de 10.161.859€ face ao Orçamento inicial de 2018, visto que a dívida que existia em 2018 foi quase eliminada com a obtenção dos financiamentos do saneamento financeiro. -----

-----A nível da receita o valor é também de 12.798.539€ tendo em consideração a necessidade de equilíbrio orçamental, de acordo com o previsto no POCAL. O equilíbrio orçamental de acordo com a nova Lei das Finanças Locais tem em consideração o conceito de amortizações médias

de empréstimos, que somadas às despesas correntes deverão ser inferiores às receitas correntes do próprio ano.-----

-----Este Orçamento tenta de uma forma equilibrada e ponderada prever a atividade do Município em 2019 numa perspetiva de continuidade. As restrições orçamentais continuam a limitar a atividade do Município devendo-se ter em consideração o cumprimento do plano de saneamento financeiro, bem como as imposições legais. Nessa matéria, o Orçamento de Estado para 2019 prevê algum aumento de receita para o Município, mas por outro lado deve-se desde já ter em conta os eventuais aumentos das despesas com o pessoal, nomeadamente as atualizações salariais previstas e descongelamento das carreiras, cujos efetivos só serão conhecidos em 2019. Estes aumentos da despesa irão eventualmente absorver o saldo de gerência que irá transitar de 2018, pelo que poderão ser necessárias alterações ou revisões orçamentais no decorrer de 2019 neste âmbito. O objetivo orçamental para 2019 é conseguir uma execução superior a 85% tanto na receita como na despesa, não só pela imposição legal, como também para garantir a redução do endividamento da Autarquia através da amortização dos empréstimos nos termos do plano de saneamento financeiro.-----

-----De seguida, disse que de uma maneira geral é evidente a aposta na educação, na poupança de recursos e na conservação do património, que absorvem a maior parte do investimento previsto. Várias outras medidas estão a ser analisadas pelo Executivo no que diz respeito à eficiência dos recursos da autarquia, à atração de investimento empresarial para o Concelho, bem como projetos de apoio às famílias, estando algumas medidas já previstas neste orçamento, sendo que outras poderão ser incluídas quando os respetivos projetos estiverem definidos, tendo sempre em conta uma perspetiva plurianual e que vá de encontro aos objetivos definidos para este mandato autárquico. -----

-----Por fim, quis salvaguardar que para o próximo ano terão de transitar dívida de 2018, para 2019 e apesar do Orçamento estar elaborado no

sentido de já calcular eventuais transições de dívidas poderá ter de haver a necessidade de logo no início do ano, se fazer uma alteração orçamental para ajustar o Orçamento para a dívida que é necessário transitar. -----

-----Só no final das contas de 2018, é que terão uma noção correta do saldo de gerência, ou seja, basicamente existe sempre uma diferença entre as receitas e as despesas que tem de ser contabilizado e que tem de ser transitado para a ano que vem e neste momento ainda não se consegue saber quanto vai ser. Está-se a entrar no ano 2019, e essa é uma verba que o Município pode utilizar para distribuir nas rubricas da despesa. -----

-----Salvaguardou também que, tenham em consideração que para o ano irão ter, quase de certeza, incrementos com custos com pessoal, todavia esse saldo de gerência deveria ser utilizado para cobrir eventualmente imposições legais para esses custos. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que juntamente com o Senhor Deputado Miguel Espírito Santo estão na CIM para defender Celorico da Beira, e na sequência do que se falou sobre a estrada do Sabugal, falaram logo com os deputados de Seia e Fornos de Algodres, que iriam votar favoravelmente para a intervenção na referida estrada. Falaram também no sentido de perceberem se a estrada nacional 16 Celorico da Beira – Fornos de Algodres, seria candidatável, porque está num estado lastimável.-----

-----Dito isto e depois de ouvir a exposição do Senhor Presidente da Câmara sobre o orçamento municipal, disse que este orçamento era um decalque do orçamento anterior e por isso a sua bancada votaria contra. ----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** referiu que a explicação do Senhor Presidente da Câmara e do Técnico foi muito clara e útil, pois este será o orçamento possível para o Concelho.-----

-----Mais disse que, os comerciantes gostavam de ver mais movimento, apostando noutra tipo atividades, outro tipo de obras que pudessem trazer

economia mais avultada para o Concelho, mas enquanto as contas do Município não estiverem ordenadas, não se pode andar a “brincar às contas”, e por isso o voto do PSD será favorável. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** ainda relativamente ao orçamento disse que existe uma coerência em relação à linha de atuação do ano transato. Estão-se a pagar juros avultados de 3,5%, infelizmente, grande parte do dinheiro que poderia ser utilizado para melhorar o Concelho, tem de ser utilizado no pagamento desses juros. Também se estão a pagar faturas que poderiam ser muito mais leves, pois na verdade há 80.000€ que a Câmara paga referentes a seguros, que estavam fora do Concelho, e que a Câmara conseguiu distribuí-los pelos agentes locais de seguros, a preços semelhantes aos que se estavam a pagar. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, quatro abstenções e dez votos contra, aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2019.** -----

-----**5. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS PARA 2019** -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta, aprovada em reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 21/11/2018, para fixação em 4% da Taxa de Participação Variável de IRS para 2019, apresentada pelo Senhor Presidente. -----

-----Para este ponto, o Senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para esclarecer que na reunião de Câmara de 19 de setembro de 2018, o Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, sugeriu que, tendo em conta um conjunto de pressupostos de receitas e despesas e para garantir o cumprimento dos compromissos do Município, havia a necessidade de

retomar a taxa máxima de IRS, de 5%, que em 2017 teria sido alterada para 4%, na reunião da Assembleia Municipal de 29 de dezembro. -----

-----Entretanto na última reunião da Assembleia Municipal 29 de setembro de 2018, foi retirada esta proposta da discussão e votação, tendo em conta que houve alguns pressupostos que se alteraram com um reforço de verbas que, de alguma maneira, vêm equilibrar a diferença entre os 4% e 5% da taxa. Nesse sentido, existe agora a possibilidade de se poder fazer a manutenção dessa mesma taxa nos 4%. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que na Assembleia de 28 de setembro de 2018 propuseram baixar a taxa e todos os celoricenses mereciam um alívio da carga fiscal, o que consequentemente aumentaria o poder de compra e a economia local. Essa proposta que era de 0,3% não foi aceite, e assim, também não poderão votar favoravelmente a proposta de fixação da participação variável de IRS, e por isso abster-se-ão neste assunto. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor e treze abstenções, aprovar a fixação em 4%, da Taxa de Participação Variável de IRS para o ano económico de 2019.** -----

-----**6. MAPA DE PESSOAL PARA 2019** -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi posto a discussão para efeitos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Mapa de Pessoal para o ano de 2019, documento cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Usou da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que relativamente a este ponto não há grandes mudanças com o quadro atual da Câmara. As diferenças mais significativas são em termos financeiros,

que foram causadas pela questão das mobilidades intercarreiras e do descongelamento das carreiras, o que irá provocar um acréscimo significativo em termos de custos. -----

-----Acrescentou também que, existe uma continuidade relativamente às mobilidades, em que este ano, para além das mobilidades intercarreiras, houve também uma mobilidade entre Órgãos Autárquicos. -----

-----Na verdade em termos de custos, o que no momento se prefigura, considerando essas questões das progressões e dos descongelamentos de carreira é que, efetivamente existe um acréscimo de custos comparativamente com o ano passado, resultando precisamente de um conjunto de situações. Alguns funcionários já se reformaram este ano e outros estão em situações semelhantes para o próximo ano, o que na verdade acaba por ser um motivo de preocupação, considerando o risco de que alguns setores venham a ter um défice de pessoal ao serviço nos próximos anos, porque para além de baixas médicas de longo prazo e pelo que sabe infelizmente irão continuar, há também um decréscimo significativo de pessoal ao serviço. -----

-----Disse ainda que, a nível de assistentes técnicos, existe um pedido de mobilidade de uma pessoa de Celorico da Beira, que desempenha funções fora do Concelho e que será, contemplada para ser efetivada já em janeiro de 2019, dentro de um quadro de necessidades e de ajustamentos que têm de ser feitos. -----

-----De seguida disse que, até mesmo em termos de mobilidades internas, existem algumas em curso que poderão ser, ou não, no final dos 18 meses consolidadas. Também já tem conhecimento de que, vão aparecer outras situações de pretensões de mobilidades, por força das circunstâncias, como habilitações literárias ou ambições de funcionários que legitimamente querem evoluir e para isso terão de mudar de categoria.

-----Serão situações sempre a considerar, decidindo no momento dar viabilidade ou não a essas pretensões, mas naturalmente essa é uma porta

que nunca fecham, quando a situação é justa e havendo capacidade interna para as executar.-----

-----Para terminar, salientou que de facto é ao nível dos assistentes operacionais onde têm um défice maior. Neste momento, existem alguns constrangimentos, algumas limitações por força dos condicionalismos do próprio programa do saneamento financeiro, mas terão de arranjar formas para que dentro daquilo que são as capacidades e os compromissos que têm, responderem às necessidades que se colocam ao nível do Município. -

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** questionou se o assistente técnico já estava a exercer funções na Câmara ou não. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que ao longo do ano tiveram pedidos de mobilidade tanto para ingressarem na Câmara de Celorico, assim como o contrário também aconteceu. Mais disse que, neste momento está a ocorrer uma mobilidade na Biblioteca Municipal e que há também uma mobilidade que poderá acontecer em janeiro próximo. Informou também que, as mobilidades têm uma duração de dezoito meses podendo-se consolidar ou não, dependendo de vários parâmetros. Neste caso específico trata-se de uma mobilidade que pode ocorrer no ano que vem. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, seis abstenções e dez votos contra, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2019.** -----

-----**7. PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE UM ELEMENTO SUPLENTE PARA A COMISSÃO PERMANENTE, EM SUBSTITUIÇÃO DO DEPUTADO RENUNCIANTE** -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa** disse que, na sequência da renúncia de mandato, por parte do Senhor António Carlos Reis Faria de

Almeida, vai ter de se nomear um elemento suplente para a Comissão Permanente, sendo convocado o membro seguinte da lista do PSD, nos termos da lei. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** em nome da bancada do PSD indicou o Senhor Deputado Joaquim de Almeida, para substituir o deputado renunciante, como suplente na Comissão Permanente. -----

-----**8. TAXAS DE PUBLICIDADE PARA O ANO DE 2019**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, para apreciação e aprovação, documento cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que à semelhança dos anos anteriores, relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade, propõe que se aplique apenas o art.º 104.º, do Capítulo V, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira em vigor, ficando sem efeito para o ano de 2019, a aplicação do art.º 106.º, do mesmo Capítulo, com exceção dos painéis luminosos e diretamente iluminados e os painéis não luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém, minimizando assim os custos dos comerciantes, uma vez que, a conjuntura económica continua desfavorável.-----

-----O Senhor **Deputado Miguel Espírito Santo** após cumprimentar todos os presentes, questionou relativamente às taxas de publicidade, qual a verba que a Câmara auferir em relação ao artigo 104º do Capítulo V, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, porque no orçamento não está especificado. Se o valor não for significativo para o Município e não lesar a questão orçamental, na sua opinião dever-se-ia isentar os comerciantes deste artigo 104º -----

-----O Técnico José Tavares respondeu que, apesar de no momento não ter certeza absoluta relativamente ao valor questionado pelo Senhor Deputado Miguel Espírito Santo, avançou com o valor de cerca de 2.000€ anuais. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** pediu a palavra para dizer que tanto no que diz respeito ao ponto 8, “Taxas de Publicidade para o ano de 2019”, como no ponto 9 “Acordo de Pagamento de Dívida com a empresa Águas do Vale do Tejo S.A.”, não tiveram tempo suficiente para se debruçarem sobre os assuntos em causa.-----

-----**Relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor e doze abstenções, aprovar que se aplique apenas o artigo 104.º, do Capítulo V, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira em vigor, ficando sem efeito para o ano de 2019, a aplicação do artigo 106.º, do mesmo Capítulo, com exceção dos painéis luminosos e diretamente iluminados e os painéis não luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém.** -----

-----O Senhor **Deputado Miguel Espírito Santo** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----“Não tendo um valor concreto relativo à taxa de publicidade constante no artigo 104º, do Capítulo V, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, e tendo em conta a conjuntura económica do comércio local, o meu voto foi a abstenção.”-----

-----**9. ACORDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA COM A EMPRESA “ÁGUAS DO VALE DO TEJO S.A.”** -----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com registo n.º 4294, datada de 14/12/2018, informando que, no sentido de resolver a questão das dívidas relativas ao fornecimento de água e serviços de saneamento à empresa supra mencionada, foi-lhes apresentada uma minuta de acordo de regularização da dívida contabilizada acrescida de juros, no valor global de 655.438,20€. Tendo em consideração, que as condições previstas no acordo vão de encontro às necessidades do Município, propõem que o Executivo aprove a minuta de acordo de pagamento da dívida e que a mesma seja aprovada em Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que, da parte da empresa das Águas do Vale do Tejo existe também o interesse em resolverem as questões e a Câmara até tem muito mais a receber do que a pagar por parte da empresa. Este acordo, em termos globais abrange vários pontos, o que não invalida que não haja espaço para que se façam acordos unilaterais. Há da parte deles o interesse em assumir, a nível de saneamento básico, as ETAR's nas zonas de Vale de Azares, Casas do Soeiro e zona industrial, e isso está acautelado, em cerca de 1M€. Há o compromisso de no início do ano ressarcir a Câmara Municipal dos 30% de juros da dívida, também irão pagar as rendas com o valor que estava estabelecido, mas essa verba fica em aberto para ser ajustada em função do entendimento que se tiver com eles. Relativamente ao acordo global, está mais difícil, porque há sempre alguma retórica de demagogia pelo meio e eles também têm falhado. Neste caso em particular, as coisas estão devidamente estabelecidas.-----

-----Disse, ainda que, foi aprovado um acordo com o BEI – Banco Europeu de Investimento, em que o Município pôde recorrer a uma linha de financiamento para liquidar a dívida, no entanto não está prevista uma

compensação dos juros. Há um pagamento de juros de 3%, o que se pretendia era pagar todo o capital e deixar os juros para o fim, mas isso não foi possível. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor e dez abstenções, aprovar a minuta de acordo de regularização de pagamento da dívida à empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.”, no valor global de 655.438,20€.**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----Colocada à votação a aprovação em minuta, individualmente, dos Pontos 4, 5, 6, 8, e 9 foram todas aprovadas por unanimidade. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa** em seu nome pessoal e da mesa da Assembleia apresentou os votos de Boas Festas e de um Bom Ano cheio de sucesso pessoal e profissional. -----

-----O Senhor **Vereador José Albano Marques** solicitou a palavra para dizer que com o aproximar de mais um final de ano, para quem está nesta sala, um final de ano político, em que efetivamente têm de se prestar contas, pois na verdade todos os apelos que se vão fazendo mantêm-se cada vez mais atuais. Também disse que se defendem os partidos, mas o que todos na realidade defendem são os interesses de Celorico da Beira e o bem-estar da população. Mais disse que gostaria de pedir desculpa se alguma vez foi mal interpretado a nível da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, assim como pelos Senhores Deputados. -----

-----Disse também que, já tinham entrado no segundo ano de mandato e ele como Vereador continuará a apresentar propostas, porque a sua opção

é o seu Concelho. Para finalizar, desejou também umas Boas Festas a todos os presentes.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** reiterou os votos de Boas Festas, pois o Natal é uma época de partilha, e os confrontos políticos fazem parte do processo, mas uma coisa é a política em que há um confronto de ideias e outra coisa é o trabalho que se faz em prol do Concelho, tendo em conta o melhor para os munícipes.-----

-----O Senhor **Vereador José Albano Marques** em nome do Senhor Júlio da Cruz, Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro, agradeceu, ao Senhor Presidente e ao Senhor Vice-Presidente, por terem possibilitado a colocação das barreiras de acesso à sua casa, pois está com um grave problema de saúde.-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram 00:10h, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----

